



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo - Especialidade Consultoria Legislativa
Área Administração e Políticas Públicas

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A República, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslize".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blógs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem

irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!".

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta // Agradeço-lhes antecipadamente.*
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.*
 - (C) *não faltam lexicógrafos // não faltam-os.*
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações // Gostaria de conhecê-las.*
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo' // incluindo ela.*
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...

Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition
By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER
Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation’s debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government’s borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington’s ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party’s deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times’s David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

“He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want,” said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner’s re-election as speaker. “It’s going to really demoralize the base.”

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. “Tonight’s vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that’s a needless drag on our economy,” Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

“A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker’s part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party,” said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. “It is time for him to go.”

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. “We’re happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time,” he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

16. Segundo o texto,
- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
 - (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
 - (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
 - (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
 - (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,
- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
 - (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
 - (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
 - (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
 - (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by
- (A) however.
 - (B) therefore.
 - (C) then.
 - (D) in spite of.
 - (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a
- (A) Republican Party.
 - (B) Tim Huelskamp .
 - (C) Mr. Boehner.
 - (D) David Leonhardt.
 - (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:
- Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.*
- Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?
- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
 - (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
 - (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
 - (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
 - (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.



Regimento Interno

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é
- 2/3 de seus membros.
 - 3/5 de seus membros.
 - maioria qualificada.
 - maioria absoluta.
 - maioria simples.

22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que
- aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
 - a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
 - o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
 - no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
 - as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.

23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao
- Segundo Secretário.
 - Terceiro Secretário.
 - Primeiro Secretário.
 - Vice-Presidente.
 - Presidente.

24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará
- efetiva e irrevogável após a sua publicação.
 - efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 15 dias.
 - efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 30 dias.
 - temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irrevogável a partir daí.
 - temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irrevogável a partir daí.

25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de
- Constituição e Justiça.
 - Finanças, Orçamento e Tributação.
 - Administração Pública.
 - Desenvolvimento Econômico.
 - Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina
- Aparte.
 - Questão de ordem.
 - Comunicação relevante.
 - Privilégio da dúvida.
 - Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:
- Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
 - Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
 - Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
 - Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
 - Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito
- de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
 - de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
 - de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
 - à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
 - de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.
- (B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.
- (D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.
- (E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.

39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.
- (E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.

Direito Financeiro

40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, *caput*, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.

A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução

- (A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.
- (B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.
- (D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:

- (A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.
- (B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.
- (C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.
- (D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.
- (E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

51. A tabela abaixo apresenta, em sua coluna da esquerda, quatro tipos de agentes públicos. Na coluna da direita, apresenta quatro características que correspondem a cada um destes tipos.

Tipos de Agentes	Características
I. Agentes políticos	1. Relação laboral com o ente público é regida pela CLT.
II. Particulares em colaboração com o Poder Público	2. Componentes do governo em seus primeiros escalões, detentores de cargos eletivos.
III. Empregados públicos	3. Empregados de empresas permissionárias de serviços públicos.
IV. Servidores temporários	4. Exercem funções públicas, sem estarem vinculados a cargos ou empregos públicos.

A correspondência correta entre cada elemento das duas colunas é:

- (A) I-4 - II-3 - III-2 - IV-1
 (B) I-1 - II-4 - III-2 - IV-3
 (C) I-1 - II-2 - III-3 - IV-4
 (D) I-2 - II-4 - III-3 - IV-1
 (E) I-2 - II-3 - III-1 - IV-4
-
52. São características do planejamento estratégico de recursos humanos na Administração pública, EXCETO:
- (A) Desenvolver-se em um horizonte a longo prazo.
 (B) conter macro-objetivos organizacionais relacionados à gestão de pessoas.
 (C) conceber sempre com o intuito estar restrito ao tempo de uma única gestão.
 (D) desenvolver independente do plano estratégico global do ente público.
 (E) apresentar os valores institucionais relativos à gestão de pessoas.

53. *Na primeira dimensão (a histórica), múltiplas e sucessivas miscigenações, bem como a grande diversidade de influências que sofremos durante a industrialização e depois durante a internacionalização da economia, provocam um efeito de complexa hibridização no interior de nossas organizações. Ao refletir as influências – muitas vezes contraditórias – dessa diversidade, que interagem e se interpenetram, nossas empresas acabam gerando modelos diversos entre si e diversos das categorias ideais normalmente aceitas nos países de onde foram importadas ou nas culturas que nos inspiraram.*

(CALDAS, M.P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p.88)

Do fragmento acima, apreende-se

- (A) a forte influência exercida pelas teorias administrativas estrangeiras, na prática organizacional do Brasil.
 (B) a tendência à resistência à mudança organizacional presente em nossa cultura empresarial.
 (C) a capacidade da organização brasileira para exportar modelos próprios de gestão.
 (D) o mimetismo entre os modelos públicos e privados de gestão, em nosso país.
 (E) a natureza instrumental do conhecimento gerencial instalado na Administração pública brasileira.
-
54. A respeito da evolução da Administração pública, considere:
- I. Na histórica separação entre as esferas da política e da administração, coube à primeira, ao menos teoricamente, a formulação das políticas públicas e à segunda sua implementação.
 II. As reformas no serviço público, no início do século XX, notadamente a norte-americana, intentaram a aplicação dos princípios da chamada Administração científica.
 III. A adoção do princípio Taylorista da “unidade de comando”, passa a fazer parte da estrutura organizacional pública de diversos países, a partir do pós-guerra.
 IV. A adoção de regras racionais e impessoais possui referências na teoria weberiana da burocracia.

Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) I, II e IV, apenas.
 (E) I, II, III e IV.



55. No tocante aos conceitos de formação profissional, desenvolvimento profissional e treinamento, é correto afirmar:
- (A) o desenvolvimento profissional pode ser definido como o processo destinado a preparar uma pessoa para o exercício de um mister ou profissão a curto prazo.
 - (B) o treinamento é definido como atividade orientada para a preparação do agente, com vistas a desempenhar atribuições pertencentes à esfera de competência do cargo.
 - (C) a formação profissional caracteriza-se pela ampliação da capacidade profissional com escopo qualificado.
 - (D) a formação é atividade de curto prazo, o desenvolvimento ocorre no longo prazo e o treinamento é atividade de médio prazo.
 - (E) a formação profissional destina-se a transcender os limites de atuação do cargo, envolvendo funções de natureza mais complexa.

56. A tabela abaixo apresenta, em sua coluna da esquerda, quatro modelos e instrumentos de avaliação do desempenho. Em sua coluna da direita, apresenta quatro características associadas a esses modelos.

Modelos/Instrumentos	Características
I. Avaliação Estratégica	a. matriz SWOT.
II. Mensuração Econômico-financeira	b. satisfação do cliente.
III. Análise Mercadológica	c. organizações que aprendem.
IV. Indicadores de Comportamento Organizacional	d. foco nos impactos que as decisões de uma organização têm sobre seu fluxo de caixa e estrutura patrimonial.

A correspondência correta entre modelos e características é:

- (A) I-a, II-d; III-b; IV-c
 - (B) I-b; II-a; III-c; IV-d
 - (C) I-b; II-c; III-a; IV-d
 - (D) I-d; II-c; III-b; IV-a
 - (E) I-a; II-d; III-c; IV-b
57. Considere os cinco tipos de transformações que podem ocorrer no micro e no macroambiente organizacional.
- I. Inovações tecnológicas.
 - II. Restrições de recursos.
 - III. Novas legislações.
 - IV. Mudanças nos valores e comportamentos sociais.
 - V. Alterações na esfera ecológica.

São motivadores da mudança organizacional, descritos na literatura sobre o tema, os tipos

- (A) I, III e IV, apenas.
 - (B) I e IV, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I, II e V, apenas.
 - (E) I, II, III, IV e V.
58. A tabela abaixo, em sua coluna da esquerda, apresenta três visões metafóricas associadas às organizações que mudam. Em sua coluna da direita, apresenta cinco características associadas a essas visões.

Visões	Características
I. Organização como Máquina	a. a teoria dos sistemas e a relação entre a organização e seu meio
II. Organização como Organismo	b. busca da harmonia entre estratégia, estrutura, tecnologia e dimensões humanas
	c. organizações como sistemas de processamento de informações
III. Organização como Cérebro	d. organização burocrática weberiana
	e. organização que aprende

A correspondência correta entre visões e características é:

- (A) I-d - II-a - II-b - III-c - III-e
- (B) I-a - I-b - II-c - III-d - III-e
- (C) I-d - I-c - II-a - II-e - III-b
- (D) I-e - II-b - III-a - III-c - III-d
- (E) I-a - II-c - III-e - III-d - III-b



59. No tocante às características do *Balanced Scorecard* – BSC, é correto afirmar:
- (A) a estratégia é ponto de chegada de todo processo de gestão.
 - (B) orçamentos anuais ganham autonomia perante o orçamento de longo prazo.
 - (C) existe alinhamento de metas do topo à base da organização.
 - (D) os indicadores não podem ser vinculados à implementação da estratégia.
 - (E) o sistema gerencial é desenhado para controle operacional e vinculado ao orçamento.
-
60. A gestão de risco, está contemplada nas melhores práticas do gerenciamento de projetos. Pode-se citar como exemplo, a norma ISO 27001 que segue o modelo ciclo PDCA, que distribui ações em determinadas fases que se sucedem. As ações, ligadas à gestão de risco, dispostas em uma sequência correta de fases é:
- (A) implementação do plano de tratamento de risco ⇒ avaliação de riscos ⇒ comunicação do risco.
 - (B) avaliação de riscos ⇒ tratamento do risco ⇒ melhora do processo de gestão de riscos.
 - (C) tratamento do risco ⇒ avaliação de riscos ⇒ análise crítica de riscos.
 - (D) monitoramento contínuo de riscos ⇒ estimativa de riscos ⇒ melhora do processo de gestão de riscos.
 - (E) definição do plano de tratamento de riscos ⇒ monitoramento contínuo de riscos ⇒ implementação do plano de tratamento de risco.
-
61. A respeito do recrutamento e seleção de pessoas no setor público, considere:
- I. A gestão de pessoas nas organizações é composta por três ações fundamentais: promover o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas.
 - II. A regulamentação dos processos de seleção e recrutamento nada diferem entre a esfera pública e a privada.
 - III. Embora a legislação preveja o suprimento de pessoas no serviço público como um processo devidamente planejado, ocorre a possibilidade de ajustes em caráter precário pela Administração pública.
 - IV. A fase subsequente à seleção é o recrutamento.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) II e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
62. A respeito da modelagem de processos, é correto afirmar:
- (A) processo é uma etapa das atividades produtivas que pode ser analisada diacronicamente.
 - (B) almeja evitar o chamado mapeamento, uma vez que a componente planejadora da modelagem pretende a redução do desperdício de recursos, reduzindo o retrabalho.
 - (C) o gerenciamento de processos constitui-se em uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar e melhorar processos de negócio para alcançar os resultados alinhados com as metas estratégicas da organização.
 - (D) a utilização de marcadores tem como objetivo gerar uma base referencial que permita criar condições para a avaliação de indicadores de resultados.
 - (E) relaciona-se à atividade de redesenho que é entendida como a identificação dos fluxos de trabalho com início, meio e fim bem determinados, com recursos claramente definidos e com atividades que seguem uma sequência lógica, permitindo uma visão integrada.
-
63. A respeito do conceito de cultura organizacional no setor público, é correto afirmar:
- (A) é composto, exclusivamente, por normas formais, características da estruturação burocrática do Estado, que orientam o comportamento dos membros de uma organização e que direcionam suas ações.
 - (B) constitui-se como modelo de pressupostos básicos assimilados por um grupo, a partir do enfrentamento de seus problemas de adaptação externa e integração interna, que é considerado válido por sua eficácia resolutive.
 - (C) resulta de um processo lento de criação de modos de pensar e agir, e de sedimentação de valores, não podendo ser modificada.
 - (D) seu estudo tem pouca utilidade para explicar e prever o comportamento dos servidores, pois a marca da cultura organizacional, notadamente no setor público, é a da volatilidade.
 - (E) constitui-se como um facilitador dos esforços de promoção da reforma do Estado e de introdução de inovações.



64. A respeito das semelhanças e diferenças entre gestão pública e gestão privada, considere:

- I. O cliente atendido pelo setor público, paga diretamente pelos serviços por meio dos impostos, que mantêm total simetria de valor com os serviços adquiridos; ao passo que o cliente do setor privado remunera indiretamente a organização, pagando pelo bem ou serviço adquirido.
- II. As ações que buscam qualidade no setor privado, em geral, referem-se a metas de competitividade no sentido da obtenção, manutenção e expansão de mercado; ao passo que no setor público, a meta é a busca da excelência no atendimento a todos os cidadãos, ao menor custo possível.
- III. A finalidade precípua das atividades de caráter privado é a sobrevivência em um ambiente de alta competitividade, enquanto o objetivo da atividade pública é a geração de um excedente público a ser distribuído de forma democrática entre os cidadãos.
- IV. Os regimes de mercado em cada uma das esferas são distintos, com a presença do chamado monopólio artificial no setor público e um regime, não raro de forte concorrência, sob estruturas concentradas no setor privado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

65. Considere as três afirmações.

A gestão de pessoas no setor público pode se beneficiar da abordagem trazida pela Ciência Política

PORQUE

a Ciência Política constitui-se como campo privilegiado para a compreensão dos mecanismos de exercício de poder

E PORQUE

no espaço organizacional público figura uma complexa rede de demandas setoriais e interesses em conflito.

- (A) As três afirmações são verdadeiras; a segunda justifica a primeira e a terceira justifica a primeira.
- (B) As três afirmações são verdadeiras, mas não há vínculo explicativo entre elas.
- (C) A primeira afirmação é verdadeira e a segunda e a terceira são falsas.
- (D) A primeira afirmação é falsa, a segunda é verdadeira e a terceira é falsa.
- (E) A primeira afirmação é verdadeira, a segunda é falsa e a terceira é verdadeira e justifica a primeira.

Ciência Política

66. Encontra-se em debate no Brasil a questão da influência social das mídias – particularmente a televisão (aberta e a cabo) e o rádio – e a necessidade da existência de políticas públicas a respeito do tema. Algumas das razões que motivam esse debate são:

- I. O poder das mídias em difundir visões de mundo e determinar práticas cotidianas.
- II. A preocupação de que as concessões de canais não se concentrem em poucas pessoas, famílias ou grupos, o que expõe a sociedade ao atendimento de interesses particulares.
- III. O reconhecimento de que há pouca gente habilitada para o exercício da comunicação social no Brasil.
- IV. A necessidade de garantir que as mídias se pautem pela expressão democrática das ideias, refletindo a pluralidade da sociedade brasileira.
- V. A elevação da qualidade da programação oferecida, levando-se em conta as demandas de cultura e educação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) II e III.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) I, IV e V.



67. Considere os trechos abaixo da Constituição Federal.

“Art. 5º, IV: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato...”

Art. 144, caput: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”

As manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil em 2013, suscitaram em vários desses episódios a intervenção das forças de segurança pública. Levando-se em conta os trechos mencionados da Constituição, políticas públicas de segurança preconizam, dentre outros aspectos:

- I. Forças de segurança dotadas de espírito agressivo para lidar com as manifestações de rua.
- II. Impedir os ajuntamentos populares nas ruas que visem a protestar, reivindicar ou manifestar ideias.
- III. Garantir a segurança e a integridade física dos manifestantes no exercício de seu direito de reivindicar ou protestar.
- IV. Permitir aos manifestantes a prática de todas as ações que desejarem empreender em seus protestos e reivindicações.
- V. Proteger os patrimônios público e privado de depredações e destruições.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e V.
- (E) II e V.

68. Considere o texto abaixo.

O país (Brasil) precisa se olhar como uma economia que tem dois grandes desafios, duas grandes tarefas, que são ao mesmo tempo duas grandes oportunidades. Uma é continuar e ampliar o processo de inclusão e de redução da desigualdade social/regional. É realmente alvissareiro registrar a redução da pobreza, a redução dos coeficientes de desigualdade de renda do trabalho – processo que precisa continuar no país. Esse é um desafio coletivo, um desafio que recobre o investimento público em infraestruturas e serviços sociais, passa pela responsabilidade social das empresas, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, e inclui uma grande prioridade para a educação. Há outra dimensão-chave que é o desafio do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da competitividade.

(COUTINHO, Luciano, Na crise, esperança e oportunidade. In ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Na crise, esperança e oportunidade desenvolvimento como sonho brasileiro**. Rio: Elsevier; São Paulo: INAE, 2010. p. 22)

A partir da leitura do texto e aplicando o mesmo a projetos de desenvolvimento regional, é correto afirmar que tais projetos devem enfatizar, dentre outros aspectos:

- I. A fixação nas regiões mais pobres de empresas comprometidas com projetos de responsabilidade social.
- II. A especialização agrícola das regiões mais pobres, levando em conta sua vocação histórica para essa atividade.
- III. A instalação de infraestrutura que atenda às demandas sociais e econômicas nos respectivos estados.
- IV. O encaminhamento das pessoas excluídas do mercado de trabalho para outras regiões do país.
- V. A criação de polos educacionais como condição prioritária para o desenvolvimento regional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, III e V.

69. A busca por marcos regulatórios de utilização da internet no Brasil tornou-se mais urgente e necessária:

- I. Por ser a internet um importante instrumento de lazer para a juventude brasileira.
- II. Por serem as redes sociais altamente permeáveis a controles externos das grandes potências.
- III. Pelo aumento expressivo do comércio via internet, negócios que muitas vezes não sofrem um controle fiscal rigoroso.
- IV. Por causa da utilização da internet para a prática de crimes virtuais, como a pedofilia e a organização de grupos racistas e de inspiração nazista.
- V. Pela substituição da educação presencial pelo ensino através das plataformas virtuais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II, III e V.
- (D) IV e V.
- (E) II, III e IV.



70. O problema da larga e crescente utilização do crack no Brasil tem demandado a instauração de políticas públicas específicas. As experiências empreendidas mostram que
- (A) se deve enfatizar a repressão ao consumo da droga.
 - (B) é preciso desenvolver simultaneamente ações de integração social, de saúde e de segurança pública, dirigindo esta última para a desarticulação do comércio da droga.
 - (C) se deve priorizar o recolhimento compulsório dos doentes, encaminhando-os para clínicas de tratamento médico e psicológico nas quais possam ser bem atendidos.
 - (D) é necessária a remoção do usuário de crack dos espaços públicos, que se encontram degradados pela presença desses consumidores.
 - (E) os usuários de crack são pessoas arruinadas psicológica e moralmente que dificilmente se recuperarão.

71. Ações de conhecidas e sofisticadas organizações criminosas com ramificações em muitas cidades brasileiras têm exigido da sociedade novas medidas de combate a tais grupos. Incluem-se aí a construção de presídios de segurança máxima e o estabelecimento de regimes disciplinares diferenciados. Tais medidas compõem políticas de segurança pública que
- I. Visam a, principalmente, desafogar presídios com problemas de superlotação.
 - II. Buscam isolar estrategicamente os detentos de alta periculosidade que chefiam essas organizações criminosas.
 - III. Atendem a demanda de receber prisioneiros condenados pela prática de crimes políticos.
 - IV. Eliminam do dia a dia dos detentos certos privilégios concedidos habitualmente aos presos comuns, como as visitas íntimas e o acesso à televisão e jornais.
 - V. Preconizam a utilização permanente de algemas na detenção física dos internos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) IV e V.
- (E) II, III e IV.

72. Considere o texto e as afirmativas abaixo.

Informa a Funai (Fundação Nacional do Índio) que em 2011 existiam 600 mil índios no Brasil, ocupando 687 áreas a eles destinadas (...) Na Região Nordeste, a população indígena é da ordem de 208.691 (2010), a segunda maior do Brasil, enquanto a primeira – no Norte – é de 305.873.

(AMMANN, Safira Bezerra, **Expressões da pobreza no Brasil**. São Paulo, Cortez. 2013. p. 123 e 124)

Considere-se também que no Estado de Pernambuco 60.995 pessoas se declararam indígenas, conforme o Censo de 2010 do IBGE (Informação extraída de: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=censodemog2010_indig_univer. Acesso em 14/03/2014), sendo Pernambuco o quarto estado da Federação em números com esse tipo de população (Informação extraída de: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em 14/03/2014).

Os números nordestinos mencionados acima comprovam a importante e histórica presença indígena na região e no estado, nem sempre percebida e valorizada, solicitando ações políticas específicas que:

- I. Promovam as condições materiais dessas populações visando à preservação de seus valores, ritos e tradições.
- II. Incentivem a luta pela demarcação das terras indígenas e de seu assentamento nas terras demarcadas.
- III. Atendam a essa preocupação com ajuda humanitária, sem privilegiar os grupos indígenas com a demarcação de terras para seu usufruto.
- IV. Resgatem, com programas educativos e culturais, a compreensão histórica da presença indígena no Brasil e na região.
- V. Integrem as populações indígenas à sociedade majoritária, promovendo definitivamente a sua aculturação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) IV e V.



73. Tomando-se em conta que legisladores e governantes são representantes do povo, que em instância absoluta os elegeu para trabalhar em seu nome e a seu favor, conclui-se que a elaboração/administração de políticas públicas
- (A) visa a superpor a vontade do aparato do Estado às aspirações da sociedade civil.
 - (B) são meios de por em prática as ideias políticas particulares dos representantes eleitos, combinadas minimamente às aspirações populares.
 - (C) resulta no exercício de uma modalidade de democracia direta.
 - (D) busca atender às necessidades e solicitações populares, para as quais tais representantes devem, exclusiva e continuamente, estar voltados.
 - (E) deve atender precipuamente aos setores da sociedade civil que sejam os mais influentes nas casas legislativas e junto aos governos.

74. Considere o texto e as afirmativas abaixo.

Cultura, como agenda política, é oportuna e necessária para o fortalecimento da democracia, da economia e do trabalho, no combate às desigualdades sociais e na promoção da paz. Uma maneira de enxergar o acesso à cultura não apenas como algo que diverte e emociona, mas que, acima disso, permite pensar e agir.

(BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo, Peirópolis, 2009. p. 108)

- I. A cultura é um importante instrumento civilizatório das massas incultas.
- II. Políticas de disseminação da cultura e de facilitação de acesso às atividades culturais promovem a igualdade social.
- III. As ações culturais contribuem para a conscientização política, a autonomia dos indivíduos e o exercício da cidadania.
- IV. As políticas culturais estão, por natureza, dentre as mais elitistas que se tem notícia na prática política.
- V. A agenda política não deve encampar manifestações da cultura popular, pois lhes falta refinamento acadêmico e artístico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) IV e V.

75. Considere:

O aumento no número de mulheres assassinadas em Pernambuco e o dever legal de confeccionar cadastro sobre o tema levaram o Núcleo de Apoio à Mulher (NAM) e a Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação (CMTI) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) a criarem um software para verificar os possíveis entraves na apuração e julgamento dos delitos de gênero. O software irá possibilitar ao MPPE levantar dados estatísticos sobre o problema e a partir daí, planejar ações e sugerir políticas públicas, a fim de diminuir os índices de violência contra a mulher. Quase metade das mulheres assassinadas no estado em 2013 foi vítima de violência doméstica. Segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS), das 251 mortes, 108 casos (43%), tiveram como motivação os conflitos afetivos ou familiares.

(Extraído de: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=violencia-contra-mulher>. Acesso em 16/03/2014)

Tendo como base as informações da notícia e levando-se em conta o grave e alarmante histórico social da matéria, deve-se concluir que:

- I. As políticas públicas já existentes de defesa da mulher em Pernambuco foram suficientes para diminuir a violência que se pratica contra elas no Estado.
- II. Nos dias de hoje é de grande importância o auxílio da tecnologia para a elaboração das políticas públicas, buscando torná-las mais precisas e efetivas a partir das análises que antecedem aos próprios projetos.
- III. Há que ser combatida, também por meio de políticas educacionais e de conscientização social, a cultura machista, ainda forte, que assombra a sociedade brasileira.
- IV. Políticas públicas de conscientização da mulher são necessárias, a fim de que se previnam e se evitem outros casos fatais pela denúncia da prática de maus tratos e de ameaças em casa.
- V. A diminuição nos números da violência doméstica contra mulheres depende também de uma justiça mais ágil nos processos penais, como sugere, segundo a nota, o próprio Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

Organização Institucional da Saúde no Brasil

76. O Sistema Único de Saúde – SUS é regido por alguns princípios, dentre os quais a universalidade. Esse princípio significa que
- qualquer pessoa pode ser atendida na rede de serviços do SUS.
 - o atendimento em qualquer hospital público ou privado é um direito de qualquer pessoa, desde que comprove sua carência social.
 - o acesso aos serviços do SUS é livre para qualquer pessoa desde que não possua convênio médico, vinculado à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
 - o hospital é a “porta de entrada” para qualquer pessoa com problemas de saúde, porque o SUS está organizado em níveis de complexidade decrescente.
 - o fortalecimento da dicotomia preventivo curativa favorece o direito universal da pessoa em ser atendida nos equipamentos de saúde próximos à sua residência.
-
77. A Lei nº 8.080/90, que regulamenta as ações e serviços de saúde no território nacional, em seu artigo 3º e alterações, estabelece que a saúde tem *como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais...* Tal definição é orientada pela teoria interpretativa
- holística.
 - multicausalidade.
 - ambiental.
 - determinação social.
 - unicausalidade.
-
78. Nos municípios em que não há fornecimento de água tratada, a implantação de uma rede pública de abastecimento de água e coleta de esgoto poderá produzir impacto relevante no indicador de saúde denominado taxa de
- incidência de hepatite C.
 - mortalidade materna.
 - mortalidade infantil.
 - incidência de doenças priônicas.
 - letalidade por toxoplasmose.
-
79. A situação epidemiológica da dengue no Brasil é preocupante, sendo que em cada ano parcelas cada vez maiores da população são atingidas. Para diminuir o número de municípios em situação de risco é necessária a
- implantação de ações contínuas de educação em saúde junto à comunidade.
 - implantação de terapêutica medicamentosa profilática para moradores de áreas endêmicas.
 - vacinação de pessoas suscetíveis com a vacina específica.
 - realização mensal da desinfecção de criadouros potenciais do vetor.
 - manutenção das pessoas com dengue, em isolamento no hospital.
-
80. O risco de infecção pelo vírus da hepatite B em profissionais de saúde é de duas a dez vezes maior que na população geral. Em relação a essa doença, considere:
- O uso das precauções padrão é indicado para a prevenção da transmissão ocupacional.
 - A transmissão ocorre pela via oral-fecal, exposição ao sangue ou por contatos sexuais com pessoas infectadas.
 - O profissional da saúde deve ser revacinado contra a hepatite B a cada dois anos.
 - O vírus da hepatite B constitui um fator etiológico importante ao desenvolvimento do câncer de fígado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- I e II.
 - I e IV.
 - I, II e III.
 - I, III e IV.
 - II e IV.
-
81. Uma das aplicações da epidemiologia nos serviços de saúde é a vigilância epidemiológica, definida como um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com vistas a recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle de doenças e agravos. Assim sendo, considera-se que
- a partir de um caso suspeito de uma determinada doença/agravo, constante da Lista de Notificação Compulsória Imediata – LNCI, as ações de vigilância epidemiológica devem ser iniciadas apenas após a confirmação do caso.
 - a notificação compulsória aplica-se somente às doenças transmissíveis e crônicas degenerativas.
 - a divulgação da notificação, em quaisquer circunstâncias, é proibida fora do âmbito sanitário.
 - apenas os profissionais da área da saúde de serviços públicos podem realizar a notificação de doenças.
 - a notificação compulsória de doenças é uma das principais fontes de dados para a vigilância epidemiológica.



82. O êxito na operacionalização do Sistema de Vigilância Epidemiológica está associado a
- I. intervenções focadas nos indivíduos (doente, comunicante, suscetível), na fonte de comunicação e nos determinantes da doença.
 - II. utilização das informações produzidas para subsidiar o planejamento de intervenções, desenvolvidas de forma integrada.
 - III. rotatividade da equipe de trabalho para promover a qualificação contínua e diversificada dos trabalhadores.
 - IV. fluxo adequado de informações epidemiológicas e devolução dos dados gerados aos informantes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) III e IV.
-
83. A prevenção do câncer de colo de útero pode ser realizada por meio do exame de Papanicolaou e é recomendada, prioritariamente, para mulheres
- (A) com atividade sexual, sendo o exame realizado uma vez ao ano.
 - (B) no período gravídico-puerperal.
 - (C) na faixa etária de 25 a 64 anos.
 - (D) com múltiplos parceiros, semestralmente.
 - (E) com história anterior de sífilis, semestralmente.

-
84. O diagnóstico precoce da tuberculose pulmonar é auxiliado pela identificação e observação dos sinais e ou sintomas característicos. Segundo o Ministério da Saúde, alguns deles são
- (A) tosse há três semanas ou mais e emagrecimento.
 - (B) dor no peito ao respirar e diarreia.
 - (C) dispneia aos pequenos esforços e dor precordial.
 - (D) febre alta e dores de cabeça.
 - (E) hemoptise e edema generalizado.

-
85. A organização dos Serviços de Saúde baseia-se na legislação do SUS, que prevê como competência dos municípios
- (A) atendimento primário e secundário às parturientes e vigilância à saúde e, em situações especiais e justificáveis, os programas de saúde coletiva e o atendimento hospitalar altamente especializado.
 - (B) cuidados médico-hospitalares e médico-individuais, em todos os níveis de complexidade, delegando aos governos estaduais os programas de saúde coletiva.
 - (C) serviços de emergência médica, delegando ao nível federal a execução de programas de saúde coletiva e o atendimento altamente especializado.
 - (D) serviços de saúde coletiva, em conjunto com o setor privado, delegando a responsabilidade da assistência hospitalar aos convênios de saúde ou instâncias governamentais estaduais.
 - (E) serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

-
86. A irregularidade das ações terapêuticas no tratamento do *diabetes mellitus*, uma doença crônico-degenerativa, pode provocar uma variação da taxa de glicose no sangue denominada hipoglicemia. Nesse caso, deve-se de imediato,
- (A) auxiliar a pessoa a realizar uma atividade física.
 - (B) administrar uma dose de insulina via subcutânea.
 - (C) colocar a pessoa em repouso por trinta minutos.
 - (D) encaminhar a pessoa para internação hospitalar.
 - (E) oferecer um produto alimentício adocicado.

-
87. A educação em saúde, que promove mudanças comportamentais a longo prazo, segundo Paulo Freire, tem como premissa a
- (A) priorização da transmissão individual de informações sobre a prevenção, as causas e o tratamento das doenças, de forma simplificada.
 - (B) realização de grupos educativos orientados pela transmissão de conhecimentos padronizados e únicos, garantindo o acesso às informações científicas.
 - (C) adoção de práticas como a escuta ativa, para definir com os usuários de atividades que promovam comportamentos saudáveis.
 - (D) elaboração, bem como a divulgação de materiais educativos unificados sobre comportamentos saudáveis visando a uniformidade na adoção de estilos de vida saudáveis e favoráveis ao bem-estar.
 - (E) superioridade do conhecimento técnico sobre a experiência de quem vivencia o processo de adoecimento.



88. O Plano Nacional de Imunizações tem como premissas o acesso gratuito às vacinas que o integram e a vacinação de todas as faixas etárias da população. A esse respeito, pode-se afirmar que a vacinação
- (A) não é recomendada em gestantes para evitar malformações congênitas.
 - (B) contra o tétano deve ser realizada na vigência de um acidente com ferimento, independentemente do histórico vacinal.
 - (C) de pessoas portadoras do HIV/AIDS não deve ser feita.
 - (D) é compulsória na vigência de surtos de doenças transmissíveis.
 - (E) contra a influenza é recomendada anualmente para idosos maiores de 60 anos.
-
89. O Artigo 199 § 1º da Constituição Federal do Brasil dispõe sobre a inserção das instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo que a participação deve ser de forma, dentre outras,
- (A) complementar, mediante contrato de direito público ou convênio.
 - (B) adicional, estando prevista a destinação de recursos públicos para seu auxílio.
 - (C) suplementar, a despeito do capital da instituição, se nacional ou estrangeiro.
 - (D) indistinta, para entidades filantrópicas e privadas sem fins lucrativos.
 - (E) plena, desde que os contratos não tenham solução de continuidade.
-
90. A Política Nacional de Promoção da Saúde descreve ações para a redução da morbimortalidade decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas e tem por finalidade
- (A) proibir a participação e o acesso de crianças e adolescentes ao uso de álcool e suas consequências.
 - (B) desenvolver iniciativas de redução de danos que envolvam parcerias com as indústrias fabricantes de bebidas alcoólicas.
 - (C) liberar o acesso de bebidas alcoólicas de acordo com o perfil epidemiológico de dado território, protegendo grupos vulneráveis e priorizando situações de violência e danos sociais.
 - (D) investir no aumento de informações veiculadas pela mídia quanto aos riscos e danos envolvidos na associação entre o uso abusivo de álcool e outras drogas.
 - (E) impedir a veiculação de propaganda que incentive o uso do álcool e outras drogas.
-

Técnica Legislativa e Normas Regimentais

91. Um Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE recebeu a incumbência de elaborar um projeto de lei. Para tanto, deve atender ao disposto na Lei Complementar nº 171/2011. Esse dispositivo legal define que as três partes básicas da estrutura da lei são:
- (A) Cabeçalho, Ementa e Preâmbulo.
 - (B) Cabeçalho, Texto Normativo e Fecho.
 - (C) Epígrafe, Ementa e Preâmbulo.
 - (D) Epígrafe, Texto Normativo e Fecho.
 - (E) Preâmbulo, Ementa e Texto Normativo.
-
92. Uma das atividades que exige maior atenção do Analista Legislativo é quanto à alteração das leis, uma vez que sempre deve se ater às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 171/2011, principalmente para assegurar a clareza e a precisão do texto legal. A utilização das siglas NR e AC deve ocorrer, respectivamente, nos casos de
- (A) Nova Redação de Dispositivo e Acréscimo de Dispositivo.
 - (B) Nota do Redator sobre Dispositivo e Acréscimo de Capítulo.
 - (C) Nova Revogação de Dispositivo e Acréscimo de Conteúdo.
 - (D) Nota de Revogação de Dispositivo e Alteração de Conteúdo.
 - (E) Nota de Redação de Dispositivo e Alteração de Capítulo.
-
93. A Lei Complementar nº 95/1998 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. Nos termos desta Lei Complementar, a unidade básica de articulação dos textos legais denomina-se
- (A) Comando.
 - (B) Artigo.
 - (C) Inciso.
 - (D) Alínea.
 - (E) Item.
-



94. O artigo 13, §1º, da Lei Complementar nº 95/1998 dispõe que a consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados. É regra atinente a essa consolidação de leis que a
- (A) homogeneização terminológica do texto deve ser expressa e fundamentadamente justificada.
 - (B) formulação do projeto de lei é de competência exclusiva do Poder Legislativo.
 - (C) medida provisória, convertida ou não em lei, não pode ser objeto de consolidação.
 - (D) diferente colocação e numeração de artigos consolidados é vedada.
 - (E) apreciação do projeto de lei pelo Poder Legislativo será mediante procedimento simplificado.
-
95. Um Deputado entrou no recinto da ALEPE portando arma, fato que obrigou a ação do corpo de segurança da Casa. Essa conduta, caso não caiba cominação mais grave, está sujeita à medida disciplinar de
- (A) advertência.
 - (B) suspensão temporária do exercício do mandato.
 - (C) censura escrita.
 - (D) perda do mandato mediante declaração da Mesa Diretora.
 - (E) perda do mandato mediante decisão do Plenário.
-
96. Ao Deputado acusado de alguma das infrações tipificadas no Código de Ética Parlamentar é assegurado um procedimento disciplinar no qual será respeitado o contraditório e a ampla defesa. No caso de perda do mandato por perda ou suspensão de direitos políticos será aplicado o Procedimento Disciplinar
- (A) Ordinário.
 - (B) Especial.
 - (C) Sumário.
 - (D) Simplificado.
 - (E) Extraordinário.
-
97. O Palácio Joaquim Nabuco, localizado na cidade de Recife, é o recinto das reuniões legislativas da ALEPE. Todavia, o Presidente da ALEPE solicitou que a Assembleia se reunisse em outro local do Estado por motivo relevante. Essa medida necessita ser aprovada por
- (A) 2/3 dos membros da Assembleia.
 - (B) 2/5 dos membros da Assembleia.
 - (C) 3/5 dos membros da Assembleia.
 - (D) 4/5 dos membros da Assembleia.
 - (E) 1/3 dos membros da Assembleia.
-
98. O Regimento Interno da ALEPE prevê que em cada legislatura serão realizadas sessões preparatórias, legislativas ordinárias e legislativas extraordinárias. É regra atinente à realização dessas sessões que:
- (A) as legislativas extraordinárias são realizadas antes do início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias.
 - (B) as legislativas ordinárias dependem de convocação.
 - (C) as legislativas ordinárias não serão encerradas sem a votação dos planos de Governo relativos à saúde e educação.
 - (D) se não concluídos os trabalhos que motivaram a convocação da sessão extraordinária, esta não será encerrada, ainda que finalizado o período de recesso parlamentar.
 - (E) é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação para a sessão extraordinária.
-
99. A estrutura organizacional da ALEPE está estabelecida no seu Regimento Interno. Nesses termos, é órgão da ALEPE
- (A) as lideranças parlamentares.
 - (B) os partidos políticos.
 - (C) os blocos partidários.
 - (D) o corpo de Segurança Interna.
 - (E) o Deputado.
-
100. Um Deputado esteve ausente por várias Reuniões Ordinárias Plenárias mensais. Nos termos do Regimento da ALEPE, deverá apresentar pedido de licença se essas ausências forem superiores a
- (A) 8 reuniões.
 - (B) 3 reuniões.
 - (C) 10 reuniões.
 - (D) 5 reuniões.
 - (E) 7 reuniões.